

Matheus Eduardo Borsari**

19

** Doutorando e mestre pelo PPGH-UFRGS. Professor de História na rede estadual de Santa Catarina.
*Artigo elaborado a partir das reflexões da disciplina “O pós-Abolição como problemática histórica: sujeitos, métodos e (novas) discussões teóricas e historiográficas” ofertada no PPGH-UFRGS por Fernanda Oliveira.

Black masculine subjectivities and the post-abolition experience in the life of Sebastião Ataide

Subjetividades masculinas negras y la posabolición en la trayectoria de Sebastião Ataide

Abstract

This article discusses possibilities of exchanging theoretical-analytical perspectives between the field of masculinity studies and the post-abolition field, in order to understand the way black men construct their masculinities and how they are qualified in everyday life. For this purpose, an analysis is made of the trajectory of the black intellectual, Sebastião Ataide (1923-2003), born in Lages-SC, learned through the methodology of Oral History and written memory records. The theoretical-analytical basis from Afro-diasporic black thought, as well as references from the field of masculinities and the post-abolition field, mainly Brazilian, played a central role in exploring the results provided by the sources.

Keywords: masculinities, post-abolition, Sebastião Ataide

Resumen

Este artículo discute posibilidades de intercambio de perspectivas teórico-analíticas entre el campo de los estudios de la masculinidad y el campo post-abolición, con el fin de comprender la forma en que los hombres negros construyen sus masculinidades y cómo se califican en la vida cotidiana. Para ello, se utiliza un análisis de la trayectoria del intelectual negro Sebastião Ataide (1923-2003), nacido en Lages-SC, aprendido a partir de la metodología de la Historia Oral y de los registros de memoria escritos. Las bases teórico-analíticas del pensamiento afrodiaspórico negro, así como referentes del campo de las masculinidades y del campo de la post-abolición, principalmente brasileño, jugaron un papel central en la exploración de los resultados aportados por las fuentes.

Palabras-clave: masculinidad, post-abolición, Sebastião Ataide



Introdução

Há tempos tem havido, na historiografia brasileira, a preocupação de empregar estudos críticos acerca das masculinidades fazendo ver como determinados modelos não são algo inato aos sujeitos. São, na realidade, construções diárias, sempre em disputa, que se reformulam e se reafirmam permanentemente. Maria Izilda Santos de Matos, por exemplo, estava interessada no início dos anos 2000 em captar, enquanto processo, as sentimentalidades dos homens, almejando, por meio da subjetivação masculina, desestabilizar a ideia de que eles se constituem num parâmetro extra-histórico e universalizante (Matos, 2000, 2001). Para isso, imergiu na produção musical, foco privilegiado para captar as sensibilidades masculinas, de Lupicínio Rodrigues e Vicente Celestino. A despeito da análise crítica empreendida no tocante a produção e reprodução de comportamentos/posicionamentos masculinos assentados em valores patriarcais, a historiadora desconsidera a categoria racial como chave de análise.

Lupicínio era um homem negro, Vicente um homem branco e a pertença racial certamente complexifica o debate acerca das masculinidades e das dinâmicas de homossociabilidade trazidas por ela. Ainda mais ao considerar questões caras ao campo de estudos do pós-abolição - temporalidade na qual ambos viveram - que estimulam a problematizar a liberdade negra e investigar como essa liberdade efetiva-se no cotidiano.

Lupicínio Rodrigues viveu entre 1914 e 1974 em Porto Alegre, num contexto em que as noções de raça que circulavam orientavam distintas formas da expressão do racismo (Rosa, 2014), portanto, certamente não escapou às dinâmicas de racialização e racismo postas naquela comunidade (Bohrer, 2014) e tais situações também moldaram sua relação com a masculinidade, da mesma forma para Vicente em seu contexto.

De fato, é inegável como homens e masculinidades não podem ser apenas um adendo ao falar de gênero. São lugares de poder nesta estrutura e por isso devem ser discutidos. Do mesmo modo, raça é uma categoria que impacta as relações pelas quais se dá o exercício da masculinidade e, também, é preciso problematizá-la em suas complexidades (hooks, 2019; 2023). Outros marcadores sociais também são significativos nas experiências de homens e masculinidades, constituindo-as e organizando hierarquicamente os vínculos entre eles (Vigoya, 2018, p.24). À vista disso,



este texto busca aprofundar as relações entre a categoria raça e masculinidades, pensando as vicissitudes do pós-abolição brasileiro. Para isso é empregada análise sobre a trajetória do professor e escritor lageano, Sebastião Ataíde (1923-2003).

As informações sobre a vida de Ataíde foram auferidas a partir daquilo escrito por ele em seu livro, *O negro no planalto lageano* (1988), de conversas realizadas com sua família, a esposa, Neli Maria Lima Ataíde e parte dos filhos, Francisco Lima Ataíde, Marcos Sebastião Ataíde, Maria Inês Ataíde Salmoria, Neli Raquel Maria Ataíde, Reno Vicente Lima Ataíde, Terezinha Ataíde e Pedro Oldemar Lima Ataíde, e, ainda, a partir da biografia dele escrita pela historiadora Renilda Vincenzi (2023). A entrevista utilizada neste texto é coletiva e foi realizada em Lages, com os irmãos e a mãe, em novembro de 2022. O roteiro de perguntas elaborado foi semi-estruturado, maleável e aberto, com a finalidade de deixar as pessoas à vontade para falar do que achassem mais conveniente. Essa escolha se aproxima do tipo de entrevista de *história de vida* descrito por Verena Alberti, no qual o “centro de interesse é o próprio indivíduo na história”, isto é, o tema da pesquisa pode ser percebido e retirado “da trajetória de vida mais ampla” (2005, p.38).

O esforço teórico que subjaz este texto está relacionado à tentativa de intercambiar perspectivas teórico-analíticas entre os campos de estudo sobre masculinidades e pós-abolição. Esta é uma tarefa necessária se quisermos fazer ver jeitos de “ser homem” que sirvam para emancipar e respeitar as diferentes formas da existência humana. Tal movimento visa atender a um importante chamado de Beatriz Nascimento (2018), para quem é significativo a incorporação da subjetividade dos sujeitos negros na pesquisa histórica que, para além de uma maneira de autocompreensão e humanização, contribuem para uma história do Brasil ainda por ser escrita em 1974, quando ela publica o texto, e que contemporaneamente está cada vez mais sendo feita e reivindicada.

Situando os campos de estudo

Este tópico não pretende realizar uma revisão bibliográfica acerca do campo de estudo das masculinidades desde sua emergen-



cia no norte global - para isso, já há bons textos (Oliveira et al., 2024; Santos & Silva, 2022; Botton, 2007). Tampouco se propõe a fazer uma revisão do campo do pós-abolição (Rosa, 2025). Busca-se, como sugere o título, situar as principais questões que atravessam ambos os campos e indicar de que modo podem dialogar entre si.

Os estudos de masculinidades:

As masculinidades são, na definição de Raewyn Connell e James Messerschmidt: “configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (2013, p.250). Diferentes masculinidades podem ser produzidas no mesmo contexto social (Connell, 1995), visto que, as relações gênero abrangem, também, as relações sociais entre homens e estas compõem parte das hierarquias internas estabelecidas na estrutura de gênero, na qual determinados modelos de masculinidades são legitimados socialmente em prejuízo de outros. Ambos são resultados de processos de construção histórica, bem como das especificidades culturais e geográficas de cada momento, portanto, modificam-se.

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior diz que a experiência e vida masculina pode ser um importante ponto de partida para fazer uma história dos homens, os pensando: “não mais como indivíduos ou partícipes de feitos coletivos, mas como gênero, não a história de homens como agentes do processo histórico, mas como produtos deste mesmo processo”, isto é, “a história de homens construindo-se como tal, a história da produção de subjetividades masculinas, em suas várias formas, a história da multiplicidade de ser homem” (2013, p. 23).

Essas multiplicidades são um caminho profícuo para notabilizar as “configurações de práticas” mencionadas por Connell e Messerschmidt. Especialmente por compreender que a construção das masculinidades se dá tanto como projeto coletivo, quanto individuais, e pôr atenção ao sujeito e suas subjetividades permite observar aquilo que é feito, ao invés do que é esperado ou imaginado. Logo, “falar de prática significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um



significado histórico” (Connell, 1995, p.188). Neste sentido, o “ser homem” se faz no cotidiano. Conforme Miguel Vale de Almeida: “na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, relembrados” (1995, p.128). Tudo isso implica considerar como os homens usam da masculinidade como forma de exercer o poder (Almeida, 1996) e por isso estas são múltiplas e relacionalmente construídas.

Olhar para o cotidiano amplifica as diferenças e a exclusão dentro da categoria de gênero homem informada por outros marcadores sociais hierarquizantes das relações sociais. O modelo de masculinidade hegemônica - conceituado por Connell (1995), Connell e Messerschmidt (2013) - é um elemento central na estrutura de gênero, pois são nos comportamentos ditos hegemônicos em que se define e sustenta a inferioridade do feminino e das masculinidades subalternizadas, contribuindo a manutenção patriarcal da autoridade masculina. É importante atentar para como a masculinidade hegemônica não é, obrigatoriamente, o padrão diário na vida dos homens, bem como há transformações desse padrão, pois são reformulados de acordo com o tempo histórico e estão envolvidos em esquemas de poder e dominação (Connell & Messerschmidt, 2013).

Nesse quadro, e para análise aqui proposta, é necessário considerar as intersecções entre gênero, sexualidade, raça, classe e regionalidade, indo ao encontro das reflexões de estudiosos/as que pensam as masculinidades em consonância com o pensamento de mulheres negras, pelo feminismo negro e feminismo decolonial (Pinho, 2004, 2005; Fautino e Ribeiro, 2017; Vigoya, 2018; Souza&Restier, 2019 e Custódio, 2019, 2022). Falar de experiências masculinas latino-americanas exige considerar o colonialismo. Neste marco histórico elaboram-se relações de poder de gênero e raça, vinculadas à autoridade, nas quais ser homem e branco tornava-se sinônimo de controle político e dominação simbólica. Atravessa as fronteiras temporais, o entrecruzamento entre patriarcado, machismo e racismo e o lugar do homem negro perante eles. Isto é, à medida que avançam para a liberdade, essas pessoas, mesmo condiciona-



das por um modelo patriarcal de “ser homem”, poderiam optar por quais caminhos de masculinidade adotar. Infaustamente, se está imbricado a um quadro de poder e dominação que guia tal escolha para a tentativa de desviar do estereótipo de homem negro bestializado, violento e incapaz, elaborado pelas fantasias coloniais.

Percorrer outro caminho, contudo, oferece – a rigor – um lugar de “garanhão”, protetor, autoritário e “chefe de família”, que continua a enlaçar as masculinidades negras em diferentes lugares de essencialização (Faustino, 2019). É oportuno lembrar, no entanto, como o imaginário que as enquadram em um bloco homogêneo não dá conta da complexidade da realidade, elas foram e são múltiplas, contraditórias e polissêmicas, atravessadas por diferentes marcadores sociais que fundamentam o seu exercício, conforme Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza (2019).

Por isso, em consonância com a ideia de experiência vivida do “ser homem”, o desejo deste texto é perceber as subjetividades masculinas negras e como estas contribuem ao campo do pós-abolição ao situar esses homens negros para além do lugar sócio-político/figura pública, como é o caso analisado mais adiante, mas sobretudo fazendo ver a profundidade das intersecções sociais do cotidiano.



O pós-abolição como problema histórico

Em artigo, já tomado por clássico, Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2004) discutem o pós-abolição como problema histórico. Historiadores sociais, principalmente a partir da década de 1970-1980, colocaram ênfase no papel social do escravizado, apontando para sua capacidade de ação histórica enquanto aquele que se rebela, estabelece relações familiares, laços de sociabilidade e solidariedade, irmandades, associações e tantas outras maneiras de agência social, todavia, essa ideia não avançou para o pós-abolição. Após a Abolição da escravidão, a gente negra desaparecia como sujeitos. A reivindicação elementar das historiadoras está em problematizar a experiência negra em tempos de liberdade, em consonância com os estudos do campo nas Américas que o fizeram principalmente tendo em vista o pós-abolição como conceito e temporalidade (Cooper; Holt; Scott, 2005).

26

Parcela dessas preocupações acompanhavam trabalhos desde os anos 1990, como a dissertação de Ana Lugão Rios (1990) e a tese de Beatriz Ana Loner (1999), foram, no entanto, produções pioneiras nesta vertente crítica o livro *Memórias do Cativo* (2005) de Rios e Matos, e *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil* (2007), organizado por Flávio Gomes e Maria Olívia da Cunha. Sobretudo, por delinear questões de pesquisa em torno da problematização da liberdade negra no pós-abolição, isto é, quais os significados da liberdade para gente negra emancipada? Permeando essa liberdade a busca continua pelo direito da cidadania em diferentes segmentos da vida cotidiana, bem como a permanência e reelaboração de mecanismos de hierarquização, discriminação e exclusão racial. Transpassa a experiência em liberdade, também, as estratégias de recriação das práticas culturais e das formas de organização sócio-políticas da gente negra, bem como questões em torno da identidade, memória e família (Abreu et.al, 2015).

A despeito da demora da História, na Antropologia e na Sociologia já era debatida a situação das pessoas negras após a conquista do fim da escravidão há um tempo considerável. Embora, as perspectivas que logravam o protagonismo de debate eram discussões como a de Gilberto Freyre (1933), para quem a herança da escravidão para a população negra teria sido uma relação harmoniosa de um país mestiço desprovido de manifestações de preconceito ou discriminação com base na raça. E, por outro lado, as obras de Florestan Fernandes (1959, 1964) e seus adeptos da escola paulista de sociologia que, apesar das críticas à tese de Freyre reconhecendo a existência de desigualdades no tratamento entre a população branca e negra nas relações sociais brasileiras e contrapondo a concepção de uma escravidão benevolente e o mito da democracia racial, colocam como consequência dos efeitos violentos da escravidão a ideia de “anomia” e “patologia” social.

Tais análises a respeito das relações raciais no Brasil diz mais sobre quem as produzia do que das dinâmicas postas em movimento no cotidiano, uma vez que tanto a ideia de democracia racial, quanto a “anomia” ou “patologia” do negro estavam sendo contrastada e ultrapassada pela luta social dos negros, pelo negro-vida, nos

termos do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1954, 1955). Outros/as intelectuais negros/as também estavam discutindo as relações raciais, antes, depois e simultaneamente a ele. A diversidade do pensamento negro brasileiro ao longo do século XX se opôs continuamente ao mito da democracia racial e à ideologia da branquidão, ressaltando a centralidade da raça na organização social e denunciando o racismo nas diferentes esferas da sociedade, bem como as contínuas formas de resistências desempenhadas pela população afro-brasileira contra os prejuízos decorrentes do racismo.

Dentre a intelectualidade mencionada, destaca-se Beatriz Nascimento, historiadora e ativista social, que ao reivindicar uma escrita da história feita por mãos negras (Rats, 2021; Trapp, 2021), situa as demandas do movimento negro, alcançadas pelo campo do pós-abolição anos mais tarde. Em *Por uma história do homem negro?* (1974), Nascimento pleiteia uma história da população negra do Brasil escrita e analisada que fuja aos limites do “tempo espetacular” escrita e analisada que fuja aos limites do “tempo espetacular” representado nas agruras da escravidão e das violências decorrentes do contato com o branco. Nessa outra proposta de Nascimento, a história contada de maneira que considere “o negro vivo”, isto é, como essa gente ainda está no presente e constitui narrativas diversas. A história, para fugir da omissão em relação às tantas formas da gente negra viver no Brasil, deve reconhecê-los como grupo livre, empreendendo uma sociedade livre - mesmo que entremeio essa liberdade tenha havido escravidão - e, não menos, tomar raça como categoria de análise, avançando em estudos como os de Fernandes (1964), os quais davam demasiada ênfase a classe ao falar do negro.

O novo campo de estudos do pós-abolição que desponta ao longo dos anos 2000, tem pesquisas históricas comprometidas em destacar as experiências de liberdade, cidadania e seus significados antes e depois da Lei Áurea a exemplo dos admiráveis processos de agenciamento por parte dos libertos e afrodescendentes em espaços como as ações associativas, os clubes negros (Silva, 2017; Rosa, 2021), a imprensa e os locais de instrução (Perussatto, 2018; Pinto, 2019; Medeiros, 2023), o operariado e demais dinâmicas de trabalho (Loner, 2015; Santos, 2015), bem como as discussões em torno de



memória, famílias, trajetórias, comunidades quilombolas e o acesso à terra (Weimer, 2013; Costa, 2020; Aguilar, 2022) entre outros. São pesquisas que proporcionam a compreensão dos diversos aspectos relacionados ao racismo e às lutas antirracistas no Brasil dos séculos XX e XXI, e convergem, sobremaneira, em demonstrar como ao problematizar a liberdade negra, dois movimentos sobressaem: a noção de raça se amplia em função das dinâmicas variadas de racialização cotidiana (Albuquerque, 2011) e racismo estende-se como reação à crescente liberdade negra (Rosa, 2014; Silva, 2017).

Contemporaneamente, teorias e metodologias emergentes, como a interseccionalidade e o pensamento decolonial, têm contribuído no olhar sobre a população negra e indígena subalternizada no colonialismo, avançando na interpretação das fontes e os sujeitos inter-relacionando os marcadores sociais que os constituem (Haack, 2019; Santos, 2020). A proposta deste texto se insere nesta perspectiva dos estudos do pós-abolição, na qual há um interesse em perceber junto da agência dos sujeitos, a própria subjetividade, isto é, o que move a ação? Quais sentimentos compõe aquele sujeito e suas decisões? Tais provocações também estão assentadas nas proposições de Beatriz Nascimento: “Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros [...]” (2018, p.48-49). Neste cenário está a potencialidade da interlocução entre os campos das masculinidades e do pós-abolição, no sentido de complexificar estes homens negros, fazendo ver as hierarquias sociais e como os modelos de masculinidades são manejados nas dinâmicas cotidianas e seus impactos na convivência.

Sebastião Ataide: um intelectual lageano

Sebastião Ataide nasceu na fazenda Santa Cecília, em Lages, durante o rigoroso inverno da serra catarinense, em 29 de julho de 1923. Era filho de uma jovem negra, Maria dos Prazeres Moreira, e irmão de ventre de outros nove homens e mulheres. Ainda menino,



por volta dos quatro anos, foi entregue à criação do senhor Francisco Vicente de Athayde Júnior e de Cecília Furtado de Athayde, proprietários da fazenda em que nasceu e patrões de sua mãe. Eles o ensinaram a chamá-los de pai e mãe, “a enfrentar as rudezas da vida e a tragar desilusões” (Ataide, 1988, p. 4).

No entanto, a relação estabelecida nessa dinâmica de compadrio escondia além do carinho pelo afilhado, filho de uma empregada estimada. Uma informação extra chama atenção para a especificidade: “Ambos eram meus tios” (Ataide, 1988, p. 4). A narrativa familiar aponta para Fermينو Athayde, irmão de Francisco, como paternidade biológica do pequeno Sebastião. A relação desenvolvida entre aquele homem e a dona Maria dos Prazeres é desconhecida, mas é imaginável que esteja inserida em um diagrama de paixões ou de abuso sexual, dada a hierarquia estabelecida - filho de patrão se relacionando com a empregada - que para os ascendentes de ambas as partes há poucas décadas antes era de senhor/escravizada.

Quiçá a escolha de Maria dos Prazeres em deixar o filho sob os cuidados dos patrões/tios fosse guiada pela dificuldade em criá-lo sozinho, posto o abandono paterno, e na esperança de que ele acesse espaços que eram privilégios dos brancos proprietários (Vicenzi, 2023). Essa adoção por parte dos Athayde deu-se de maneira informal, coincidindo com os processos de tutela comuns aos filhos de pessoas negras, livres ou ex-escravizadas, nos anos seguintes à abolição da escravidão. Embora tenham ensinado o menino a chamá-los de pai e mãe, ele não herdou, nem desfrutou de todas as vantagens econômicas dos irmãos brancos. Por trás do discurso de melhores condições às crianças e do reconhecimento como “filho de criação”, estava um trabalhador útil para aquele que oferecia, estava a manutenção de uma hierarquia naturalizada. No fim das contas, Sebastião Ataide sabia que sua ascendência negra lhe reservava um lugar de não pertencimento naquela relação.

Dessa criação, ele, além do sobrenome, recebeu a sua formação. Desde pequeno estava na lida do campo executando trabalhos braçais na fazenda dos senhores que o criaram e arredores. Concomitantemente, frequentava o curso primário no tradicional Grupo Escolar Vidal Ramos, depois o fundamental no Instituto de Educação de Lages e,



após servir ao exército, concluiu o 2º grau, titulando-se como normalista - professor habilitado a lecionar no ensino elementar.

Sebastião Ataíde exerceu diversas profissões ao longo dos anos. Foi bancário, trabalhou com serviços topográficos no 2º Batalhão Rodoviário, lecionou no colégio Maria Quitéria e no Batalhão, sendo também professor de desenho e educação artística na antiga Escola Técnica do Comércio de Lages. Além disso, fez um curso de Administração Pública e aos 58 anos, em 1980, ingressou na faculdade de Ciências Sociais, finalizada em 1983 (Ataíde, 1988). Embora os percalços tenham continuado, publicou, em 1988, o livro *O negro no planalto lageano*. Antes que pudesse publicar uma nova edição, ou uma sequência com novas histórias, faleceu em 18 de dezembro de 2003, com 80 anos.

O negro no planalto lageano possui duas edições. A última lançada recentemente, março de 2025, e a primeira - utilizada neste texto - publicada em 13 de maio de 1988, no Centro Cívico Cruz e Souza, após 10 anos de pesquisas em documentos históricos, como registros eclesiais, civis, iconográficos e, principalmente ouvindo as histórias da gente negra lageana: “Neste longo período em que fiz pesquisa, solicitei entrevistas, com rara exceção, todos receberam-me com alegria e sem desconfiças, pessoas em avançada idade” (Ataíde, 1988, s/p.). Em meio às comemorações do centenário da abolição, Ataíde traz em seu texto outro sentido à data, apontando a todo tempo as lutas e protagonismos da gente negra engendrados durante a história de Lages, seja em escravidão ou liberdade, que nada diz respeito à figura das pessoas brancas como heroínas.

Ao longo das 166 páginas do livro, Ataíde explicita a presença negra na cidade desde sua fundação, destacando a contribuição desses/as sujeitos em diferentes esferas da construção da cidade, tendo a marcado social e culturalmente. Mesmo sem a preocupação metodológica de um historiador, fez oposição à historiografia tradicional de Lages que inviabilizou a população negra e indígena, reduzindo suas contribuições sociais à expressão demográfica, operando a seguinte lógica: se as pessoas brancas constituem a maioria da população é intuitivo que todo progresso seja relacionado a ela. Por isso, é comum que nessas narrativas as pessoas indígenas sejam



descritas como violentas e as pessoas negras tenham sua existência marcada unicamente nos lugares de escravizados, pobres, subordinados, serviçais e desordeiros (Cf. Costa, 1982, Piazza, 1990).

A escrita foi uma das maneiras da constituição colonial dos saberes, no entanto, como serviu para legitimar e perpetuar as representações, também pode servir como ação combativa. Por isso, Ataíde, ao fazer essa escrita histórica negra colocando-se como sujeito da própria realidade, desloca a centralidade cultural eurocêntrica e retira-se do lugar de *outridade*, de objeto, relegado à gente negra. Ele retira da invisibilidade as memórias de suas experiências e as mescla com História e Literatura, e, nesse movimento, inscreve-se como intelectual.

No livro, dentre as tantas histórias inviáveis de resumir aqui (cf. Vicenzi, 2023), comenta sobre a realidade da gente negra escravizada nas fazendas, o trabalho, os relacionamentos, as solidariedades e irmandades estabelecidas naquele contexto de liberdade cercada. Nomeia quem eram esses senhores escravistas e as histórias que ouvia da comunidade acerca do trato dado por eles às pessoas que escravizaram. Quando avança para o período do pós-abolição, Ataíde continua a denunciar as limitações do direito à cidadania da gente negra lageana, com ênfase na segregação racial informalizada, expressa, principalmente, no impedimento de frequentar os mesmos clubes recreativos dos brancos e na divisão dos bairros (Ataíde, 1988).

Como reação a este racismo explícito, no entanto, nasceram iniciativas importantes, tal qual o centro Cívico Cruz e Souza, uma associação negra fundada em 22 de setembro de 1918, que ainda perdura como espaço de diversão e articulação política da comunidade. As *personalidades* lageanas e os laços familiares também são temas caros ao autor. No tópico que nomeia *personalidades*, apresenta pessoas negras que marcaram o cotidiano da cidade, seja por terem galgado espaço pelo estudo, pelo trabalho ou por seus talentos artísticos/esportivos e por isso faz questão de nomeá-las, contando suas histórias. Em árvores genealógicas elenca 28 troncos familiares que compõem a comunidade negra da cidade. A filha de Sebastião Ataíde, Maria Inês comenta:



A vontade dele era justamente fazer esse registro, fazer esse resgate, contar quem são os negros. Ele sempre achou muito importante essa questão da família. Não sei se porque, decerto ele vê que as outras famílias têm documento [...]¹ Então para ele foi de suma importância fazer esse resgate, mostrar quem é quem, dizer que as pessoas eram organizadas, né.²

A preocupação de Sebastião Ataide era demonstrar os *laços familiares* na comunidade negra lageana, em consonância com um debate mais amplo acerca de civilidade e cidadania da população negra ligado ao contexto republicano, no qual circulava a ideia da necessidade de modernizar, desenvolver, civilizar e educar o Brasil. Neste contexto, demonstrar a existência de famílias estruturadas nos moldes heteronormativos esperados daquele período, poderia atribuir certo grau de respeitabilidade àquela comunidade negra pelos brancos (Domingues, 2010). Também, o desejo de Ataide de fazer o registro da história das famílias negras lageanas está no seu reconhecimento da precariedade da cidadania que acometia esta parcela da população no pós-abolição. Afinal, o acesso aos espaços formais de instrução e aos assentos civis era precário.

A despeito da riqueza de informações que oferta *O negro no planalto lageano*, Ataide e seu texto não foram amplamente visibilizados e essa é expressão mais visível da ausência de reconhecimento da autoridade de fala dos sujeitos negros. Por outro lado, no ano de 2022, o livro *O Continente das Lages*, do pesquisador branco Licurgo Costa, recebeu uma segunda edição. A primeira, lançada em 1982, contava com 4 volumes e versava sobre a história de Lages, com a intenção de inscrever a cidade na tradição política e cultural de Santa Catarina (Costa, 1982). O autor reuniu uma variedade de temáticas e fontes de pesquisa que se cruzam no esforço de

¹ A título informativo: quando houver chaves com reticências, significa que um trecho da entrevista foi suprimido pelo autor, já, quando houver apenas reticências, significa que o pensamento foi interrompido abruptamente pelo entrevistado.

² Entrevista com Francisco Lima Ataide, Marcos Sebastião Ataide, Maria Inês Ataide Salmoreia, Neli Maria Lima Ataide, Neli Raquel Maria Ataide, Reno Vicente Lima Ataide e Terezinha Ataide. 10 de novembro de 2022. LagesSC, realizada por Matheus Borsa. Acervo particular. Em todas as transcrições da entrevista foram respeitados os termos e concordância utilizados pelo/a entrevistado/a.



celebrar os acontecimentos políticos que envolvem os nomes das famílias oligárquicas de Lages e por anos é referência primária para quem estuda o planalto catarinense.

Nesse texto, a população negra de Lages ocupa destaque em um capítulo, não como sujeitos com agência, mas como número baixo de escravizados que pouco teriam feito pela cidade. No livro de Ataíde, a gente negra é protagonista na história da formação de Lages. *O negro no planalto lageano*, apesar de ser lançado na mesma década, não alcançou a visibilidade atingida pelo *Continente das Lagens*. Essa diferença pode ser explicada por Licurgo Costa ter feito parte de uma elite serrana branca que protagonizou espaços políticos e administrativos em Santa Catarina, no Brasil e no exterior ao longo do século XX.

O pertencimento a esse grupo social facilitou a aproximação de seu texto ao espaço acadêmico, tornando-o referência (Nunes, 2017). A significância daquela coletânea foi tamanha que autor e obra foram enfocados na tese de Sara Nunes (2017), enquanto Ataíde e sua obra sequer são mencionados na minuciosa revisão bibliográfica feita pela historiadora a respeito daqueles que escreveram sobre o planalto catarinense, embora Ataíde seja contemporâneo e até antecessor de muitos autores lá citados.

A invisibilização de Sebastião Ataíde como autor que escreveu a história de Lages carrega elementos para além de seu texto não ser recepcionado como científico/acadêmico, a questão racial, certamente, impulsionou esse ocultamento. Houve um *epistemicídio*. Sueli Carneiro explicou o epistemicídio como um agrupamento de práticas racistas que, “além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, [...] implica um processo persistente de produção da indigência cultural”, no qual, entre outros aspectos, dificulta o acesso à educação, inferioriza a intelectualidade desses grupos, deslegitima “o negro como portador e produtor de conhecimento” (Carneiro, 2023, p.73) e os expropria da condição de sujeitos cognoscentes.

Apesar da invisibilidade acadêmica, Ataíde era reconhecido por parcela da comunidade lageana por seus méritos. De acordo com as recordações de sua filha, Maria Inês:



Ele achava assim, que por ele ter aquele pai [pai de criação], morar naquela casa, ter as coisas que ele tinha... então, assim, ele se achava diferente dos outros e ele era mesmo porque ele podia estudar. Segundo grau aqui em Lages o primeiro negro, ele fez o normal inclusive, foi ele, né, foi ele. Isso aí foi até pergunta de vestibular na Unifacvest [...] e isso tudo fez dele ser uma pessoa muito respeitada. Realmente, as pessoas aqui da redondeza queriam saber sobre a vida prática, sobre dinheiro a juro: “Como é que é seu Ataíde, se eu emprestar como é que fica? Como é que eu faço?” Inclusive pessoas de mais posses, que estavam enveredando no comércio, era ele que fazia tudo isso, negócio de imposto de renda [...] E sempre muito honesto, sempre muito honesto.³

34



A admiração e a respeitabilidade que ele conquistou da comunidade, também branca, deve-se ao seu comprometimento, inteligência e trajetória. Da qual reconhece ser singular, afinal, poucos negros tiveram a oportunidade de frequentar o ensino formal na década de 1930 e 1940. Esse caminho da excepcionalidade, o colocou como um “exemplar da raça”, nos termos de Beatriz Nascimento, de acordo com ela:

Eu fui educada, ascendi de classe não para ser negra, mas para me “*igualar ao branco*”, não para ser gente, mas para o “*branco me aceitar*”, “*para poder entrar nos lugares que negro não entra (embora não seja proibido)*”, para ser um “*exemplar*” que daria a medida certa da harmonia das raças no Brasil. Um “*exemplar*” (2028, pp. 243-244, grifos da autora).

Esse caminho esconde armadilhas perigosas. Não se deve esquecer que Sebastião Ataíde era um homem vivendo em um sistema patriarcal, do qual incorporava valores. Por vezes, na cobrança pessoal de ter uma família bem-vista, de ter os filhos em um caminho honrado era o momento em que o modelo de masculinidade seguido, fazia-se visto.

³ Ibidem.

Sebastião Ataíde: masculinidade e paternidade

As recordações relacionadas à natação são recorrentes para Francisco, Pedro e Marcos ao falar da infância. A natureza era um espaço de afeto da família e por isso foram marcantes os acampamentos feitos em conjunto, ainda mais quando Sebastião Ataíde fazia suas peripécias, tais quais atravessar o Rio das Caveiras com os meninos nas costas. Todavia, com as meninas era diferente. O afeto era demonstrado de outra forma em relação às filhas, pois *“as meninas ele não ensinou a nadar”*, comenta Terezinha. Em complemento, Maria Inês diz: *“não, as meninas é diferente, as meninas é dentro de casa... ele fazia essa diferença”*⁴.

Neli Raquel recorda os procedimentos a serem seguidos quando ela e a irmã saíam para dançar com suas amigas no Centro Cívico Cruz e Souza. Primeiro, só iriam sob a condição do pai levá-las e buscá-las, e: *“ele dizia assim ‘meia noite o pai vai buscar, vocês já estejam esperando.’ Dez pra meia noite nós já tava perto da porta, porque senão ele entrava lá dentro. Então a gente não queria passar vergonha [risos].”*⁵ Esse rigor quanto aos horários deve, também, ser interpretado como uma postura protetiva em relação a possíveis impertinências e até abusos sexuais por parte de outros homens - especialmente, os brancos - que compõem as lembranças daquela comunidade negra. No entanto, Ataíde confiava exclusivamente no Clube Cruz e Souza, por ser um espaço tradicionalmente frequentado por famílias negras respeitadas e conhecidas de longa data. Neli Raquel, menciona como em outros espaços as meninas eram proibidas de ir sozinhas:

Há tempos atrás eu questionava, assim: “Por que o pai era tão rígido com a gente e o pai da minha amiga era mais maleável?” Eu dizia: “Meu deus, mas como é que fulano pode e eu não posso?” Tinha um clube aqui do lado de casa, a gente sempre se reunia aqui na frente de casa para ver o pessoal do clube, daí minhas amigas

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.



iam no clube e nós não ia. Nós não ia porque o pai não deixava. Aí não tinha essa casa aqui do lado, o pai sentava aí onde você está [aponta] e enxergava o clube. E os meus irmãos iam. Nunca me esqueço uma vez que eu fugi para ir, o presidente do clube abriu uma porta do lado para eu entrar e quando eu entrei que meu irmão me viu, só me deu uma olhada, assim, disse que ia contar pro pai, eu sai, acho que não fiquei 5 minutos lá dentro. Um medo, um medo.⁶

Era um homem enérgico e rigoroso com os horários, saídas e os estudos, especialmente das meninas. Desde a maneira de suas filhas se vestirem, conforme conta Maria Inês: *“ele vivia incomodando a mãe com as minhas roupas, como tinha que ser ‘ó, a Maria Inês assim, não deixa ela ir na missa assim”*. No tocante a escola, ela comenta:

Eu, a mais velha, meu Deus, eu tinha que ser exemplo porque eu tinha mais duas irmãs. Então, assim, ele foi muito carinhoso mesmo, mas muito exigente na educação. Um ano que eu reprovei na escola, como ele brigou comigo, ele disse que os piá não fazia mal que reprovasse, mas eu não podia reprovar.⁷

Mesmo severo, Sebastião Ataíde não deixava de demonstrar afeto, tanto no toque, nas diversas noites em que ele segurava as meninas no colo e cantava para elas ou escolhendo bons filmes para assistirem. O amor e o orgulho que ele sentia pelos/as filhos/as foram muito bem reconhecidos por eles/as e os comentários de dois irmãos representam bem isso:

Renno Vicente: Nossos recursos econômicos não eram muito grandes, então ele era muito criativo, se faltava alguma coisa ele fazia de madeira e pintava. O pai foi muito inventivo e isso a gente tem presente. Sempre sonhador, “nós vamos fazer isso”, “o pai vai comprar isso”, mas a gente sabia, que pelos recursos e

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.



tal... mas ele sempre deu o melhor [...] O pai trabalhava o dia inteiro no batalhão e a noite ele ia dar aula, um homem incansável praticamente, e tudo isso para nos dar comodidade.

Neli Raquel: Ele era muito enérgico com nossa educação, a gente tinha regras, o que ele dizia a gente sempre obedecia porque a gente sabia que iria ser cobrado. Ele gostava, também, de levar a gente pra passear, quando tinha circo na cidade era uma felicidade, a gente... Ele tinha orgulho de sair com os filhos [...] Muito carinhoso, até depois de grande ele acariciava a gente e no inverno ele ia no quarto ver se os filhos estavam bem cobertos, dormindo, se não tava faltando nada [...] daí, ele dizia pra mãe ‘as negras já dormiram’, sempre.⁸

Essa distinção entre os meninos e meninas não se restringia apenas na criação dos/as filhos/as de Sebastião Ataíde, era presente em outros aspectos da vida cotidiana e concerne a um padrão geral de comportamento masculino. Ao recapitular os encontros familiares na infância e até as reuniões com os amigos, foi comentado sobre o costume das crianças serem as últimas a serem servidas, primeiro os homens, depois as mulheres e no final as crianças. Nas palavras de Maria Inês: *“Na tradição aqui, primeiro os homens... porque a mulherada era quem servia, né?!”*

Sebastião Ataíde foi um pai presente, rígido e carinhoso à sua maneira. Contudo, seu comportamento paterno foi precedido e moldado por seu compromisso com determinado modelo de masculinidade. Era um homem e partilhava de certos benefícios que esse lugar lhe reserva nas relações sociais. Masculinidade e paternidade são identidades interligadas nessas relações, construídas e modificadas a partir de um patriarcado racial, já que gênero e sexo são impactados pelo marcador racial (Kilomba, 2019, p.105)

O sociólogo Henrique Restier argumenta como o colonialismo impôs um “estatuto colonial de homem”, caracterizado pelo padrão de referência masculino estar ancorado em valores da virilidade



⁸ Ibidem.

euro-ocidental. Nesse sentido, o ideal correspondia a força física, firmeza moral, potência sexual e a posse de propriedades, bens materiais e simbólicos (Restier, 2019). Se os homens negros escravizados estavam destituídos desse ideal de masculinidade, à medida que avançavam para o mundo da liberdade - seja no período colonial, imperial ou republicano - foram orientados a adotarem tais valores patriarcais, uma vez que “a masculinidade é uma experiência coletiva, em que o homem busca reconhecimento através de práticas com as quais conquistará visibilidade e status social perante seu grupo” (Souza, 2014, p. 36). É possível que homens negros, como Ataíde, absorveram essa experiência patriarcal sob a expectativa de inclusão e reconhecimento social.

Está em jogo o *duelo viril* descrito por Restier, no qual, é necessário assumir posturas de virilidade - valorizadas naquele determinado momento histórico, afinal são características mutáveis - para se provar homem dentro do padrão estabelecido no colonialismo, enquanto uma das estratégias do grupo dominante é o processo de *desvirilização*, que “tem por objetivo subtrair os valores viris socialmente reconhecidos e admirados em um determinado contexto social por mulheres e homens” isso porque “um homem despojado de valores viris, pode ser considerado, muitas vezes, um *eunuco social*” (Restier, 2019, p.38, grifos do autor)

No contexto de um projeto social de embranquecimento, característico do Brasil republicano, as relações afetivo-sexuais dos homens negros são um tabu, seja em relação a mulheres negras, seja em relação a mulheres brancas; o exercício da virilidade (física e moral) constitui um “perigo para a ideologia da mestiçagem, porque fundamentalmente ameaça o lugar dominante da masculinidade do homem branco” (Restier, 2019, p.47). Afinal, se homens negros se relacionarem com mulheres brancas, ameaçam o domínio viril masculino branco, por outro lado, quando se relacionam com mulheres negras, decepcionam, porque no projeto da mestiçagem, deveria ficar de fora das relações afetivas e sexuais, tendo em conta que não deixaria uma descendência compatível com o projeto racista de embranquecimento da nação. Deveria, portanto, ser emasculado, para não ser atraente aos olhos das mulheres



e tampouco um contratempo para vitória do homem branco no *duelo viril*.

Essa emasculação deu-se de diferentes maneiras no caso de Lages e a segregação racial informal certamente representa a forma mais manifesta. Os clubes sociais serviram a comunidade branca como operadores dessa desigualdade. A proibição dada a pessoas negras de frequentarem os mesmos espaços de diversão que os brancos, somado a dificuldade de acesso a determinados empregos, a universidade e demais espaços sociais solidificaram no imaginário a “emasculação” masculina negra. O *duelo viril* está acontecendo, mas não é uma prioridade aos homens brancos serem desejados por mulheres negras ou boicotar a atração dos homens negros. Tanto que, apesar dos projetos “emasculadores”, Ataíde não só se casou e teve descendência negra, como detinha posição social de respeito pela vizinhança e conhecidos na sociedade lageana.

Neste cenário, é possível compreender como: a) no colonialismo engendraram-se princípios generificados e racializados do poder, da autoridade e da legitimidade para os quais ser homem e branco era sinônimo de controle político e dominação simbólica (Vigoya, 2018); b) homens negros e pobres - tal qual Sebastião Ataíde - ao passo que são oprimidos na dinâmica racial e de classe, desempenham comportamentos afirmadores de uma ordem de gênero com base na sujeição do feminino, pois lhe são ensinados e cobrados a seguirem determinados repertórios de virilidade, além de, por outro lado, tomar este caminho também oferece alternativa a *emasculação*. Em vista disso, se na prática cotidiana marcadores sociais da diferença são experimentados de forma interseccionadas, Vigoya (2018) designa os homens que acumulam os marcadores subordinados nas relações de poder (negros, indígenas, pobres etc.) como inscritos nas masculinidades subalternizadas, enquanto aqueles que partilham dos marcadores privilegiados (brancos, ricos) estão próximas as masculinidades hegemônicas.

Connell e Messerschmidt estabelecem a masculinidade hegemônica como normativa, pois ela: “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação



global das mulheres aos homens” (2013, p.245). Por essa razão, diz respeito à incorporação de padrões culturais em torno de valores como heterossexualidade, virilidade, honra, força e domínio dos recursos materiais por homens cisgêneros, garantindo a manutenção patriarcal da autoridade masculina, do controle e exclusão das mulheres e outros gêneros dissidentes (das normativas heterossexuais) das esferas de poder e produção simbólica na sociedade. Desse modo, a masculinidade hegemônica se constitui além da relação com o feminino, mas também com masculinidades subalternizadas, em suas diferentes gradações.

Nesse sentido, é entendida como relacionalmente definida, uma vez que homens distribuídos em diferentes lugares de poder podem compartilhar das vantagens concretizadas pela hegemonia. Vimos isso em Sebastião Ataíde e suas posturas conservadoras, como existir uma ordem de gênero para sentar-se à mesa ou a diferenciação entre os espaços permitidos para os filhos e filhas. Conforme o espaço social, determinados traços como honra, virilidade, e até comportamentos violentos são selecionados como afirmação da hegemonia, mas em outros, pode ser a educação, a discricção e o respeito que a reiteram. De todo modo, homens negros que seguem os princípios hegemônicos, exercem uma masculinidade “fora do lugar” (Custódio, 2019).

Embora esses homens negros possam se apropriar das vantagens e privilégios efetivados pela hegemonia em contextos específicos, relações de gênero entre pessoas pobres ou em comunidades negras, por exemplo, carecem de recursos econômicos e autoridade institucional para sustentar os padrões regionais e globais dessa forma de masculinidade (Connell, Messerschmidt, 2013). Isso fica evidente ao compreender que hegemônico e subalterno não são posições fixas, mas sujeitos engajados em jogos de poder e dominação, como descreve Osmundo Pinho, e por isso o hegemônico não deve ser tomado como um condicionante definitivo das experiências de homens negros por que “um indivíduo pode apresentar uma posição hegemônica em dada situação, e em outra, ser colocado em posição subordinada” (2004, p. 66).

Por esse motivo, Vigoya vincula a raça branca a essa masculinidade hegemônica gestada no colonialismo e presente na América

Latina, indicando como a partir de um conjunto de transformações histórico-político-sociais esse padrão foi reformulado e conduzido a vigorar ainda no presente. Isso sinaliza que nas experiências latino-americanas muitos homens de grupos subalternizados, em razão de sua classe, raça ou orientação sexual “têm sido submetidos à supremacia de homens brancos, ricos e heterossexuais” ao passo que esses mesmos homens subalternizados utilizam da violência física ou simbólica como se “fosse uma parte essencial de sua emancipação” (Vigoya, 2018, p.161). Desse modo, no Brasil, qualquer homem negro, por mais próximos que estejam do padrão patriarcal, continuam sendo “aqueles que sofrem os custos impostos pela ordem da masculinidade hegemônica”, enquanto os brancos obtêm os benefícios patriarcais e raciais mantendo a autoridade dentro do Estado e controlando as instituições coercitivas (Vigoya, 2018, p.282).

Considerações Finais

41



A incursão pelas relações cotidianas de Sebastião Ataide com seus filhos mostrou além do intelectual e escritor. Apontou, principalmente, para como ele se desdobrava em diferentes papéis: o de pai rígido, conservador e carinhoso, o de trabalhador, professor, atleta, artista e tantos outros que escaparam ao convívio dos filhos e a seus registros no livro. Na criação ofertada às crianças ficou evidente a diferença feita por ele entre meninos e meninas, como também sua posição em relação ao que era para brancos e o que era para negros. Sebastião Ataide não incentivava seus filhos a responderem ataques racistas, tampouco frequentar espaços que poderiam propiciar esses conflitos raciais (determinadas festas ou até a casa de colegas brancos), justificando com a frase: “nós como negros, isso aqui não é pra nós, é pra gente rica”. Entretanto, houve uma esfera na qual essas diferenças foram abandonadas: a educação escolar. Seus filhos foram unânimes ao pontuar o zelo pela educação e a exigência de bom desempenho em frases como: “Ele era muito enérgico com nossa educação” ou “um ano que eu reprovei na escola, como ele brigou comigo”.

O valor atribuído à educação escolar estava assentado em seu desejo de vê-los/las progredir. O estudo era compreendido como

alternativa eficaz para poupá-los/as do sofrimento do trabalho braçal, era um jeito de quebrar a dinâmica de peão e patrão, além de servir como oportunidade de ascensão social. Além dessas perspectivas, é possível acrescentar outro caminho: o conhecimento poderia fornecer vias para defender-se do racismo (cf. Perussatto, 2019; Silva, 2017).

Ao fim e ao cabo, este texto posiciona-se como um incentivo a outros estudos que se enquadrem entre os dois campos mencionados, para que promovam esse intercâmbio de análises. A partir dela é possível identificar a complexidade vivida de pessoas que interseccionam diferentes marcadores sociais da diferença e qualificar a existência desses sujeitos. Fazer isso, no caso da trajetória de Sebastião Ataide, possibilitou vislumbrar diferentes modelos de masculinidades coexistindo, inclusive aqueles que promovem a emancipação, como o Sebastião que incentiva a educação, em detrimento daquele que diferencia o que é para meninos e meninas. O desafio para estes homens está em ser capaz de sobressair essas versões emancipadoras de masculinidades e abandonar o modelo hegemônico patriarcal.

Assim, naquele contexto sociocultural as práticas de masculinidades produzidas/exercidas por homens negros remetem ao “provar-se capaz”, no qual está incluído tanto ser o mantenedor da família, quanto assumir as responsabilidades da parentalidade paterna. Ambas as ações refutam o discurso de “anomia social” frequentemente vinculado aos sujeitos negros no pós-abolição. Por outro lado, também é sabido que esse “provar-se capaz” feito à maneira do patriarcado é custoso tanto aos homens negros quanto àqueles que viveram junto deles sob as rédeas dessa paternidade autoritária. Os/as filhos/as de Ataide diziam não “bater de frente” com o pai porque tinha medo dele, isso pode estar num contexto que signifique respeito pelo pai, mas não exime pensarmos as implicações desse “medo” na formação da sua subjetiva. Falar em paternidades e masculinidades é falar da lógica de reprodução de família em voga, principalmente por essa construção acontecer a partir de diferentes modelos percebidos no convívio familiar, comunitário e social. Os filhos dessas famílias negras tornaram-se, em parte, pais e mães



em outras gerações diferente daquela de seus pais e avós, nesse sentido é interessante refletir quais valores foram incorporados daquele projeto de paternidade cis-heteropatriarcal no qual eles foram criados? É um projeto ainda vigente? É benéfico operar com ele? Houve alternativas àquele projeto? Criar crianças fora das amarras de um modelo estanque é caminho principal para uma “parentalidade [paterna] revolucionária”, de acordo com bell hooks (2019).

Referências

- ABREU, Martha. DANTAS, Carolina. MATTOS, Hebe. LONER, Beatriz. MONSMA, Karl. (orgs.) **Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico**, v.1. Niterói, Editora da UFF, 2013.
- AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Linha Fão e Rincão dos Caixões: uma história de quilombos no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Pragmatha, 2022.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- ALMEIDA, Miguel. V. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário antropológico**, v. 20, n. 1, p. 161-189, 1996. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7413304> Acesso em 10 de dez. 2024.
- ATAIDE, Sebastião. **O negro no planalto lageano**. 1ª ed. Lages. ACS, 1988.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. **A Música na Cadência da História: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-Abolição**. 2014. 234f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BOTTON, Fernando. B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, v.1, n. p. 19-20, 2007, Disponível em <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548> Acesso em 09 de dez. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, Zahar, 2023.
- CONNELL, Raewyn. W. MESSERSCHMIDT, James. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. v. 21, n. 1, Florianópolis, jan.-abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt> Acesso em 10 de dez. 2024.



CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671> Acesso em 18 de dez.2024.

COOPER, Frederick., HOLT, Thomas. C., & SCOTT, Rebecca. J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão de terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COSTA, Vitor. S. **Trajetórias e memórias de famílias negras no pós-abolição: a família Baptista da Silva (c.1849-Tempo presente)**. 2020. 240f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, 2020.

CUSTÓDIO, Tulio A. Per-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir da categoria de sujeição. In: SOUZA, Rolf Malungo de; RESTIER, Henrique (orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. 1ªed. São Paulo, Ciclo Contínuo, 2019, p.131-162.

DOMINGUES, Petrônio. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. **Revista História Social**, [S. l.], n. 19, 2010, p. 109–134. Disponível em <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/318> Acesso em 20 de dez. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850 - 1888)**. 2019. 229f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

HOOKS, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidades**. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. 1ª edição, São Paulo, Perspectiva, 2019.

LONER, Beatriz. Experiências e convivências de ex-escravos nas lutas operárias. In: ABREU, M. DANTAS, C. MATTOS, H. LONER. B. MONSMA, K. (orgs.) **Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico**, v.2. Niterói, Editora da UFF, 2013, p.169-188.

MATTOS, Hebe Maria, RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, vol. 5, n. 8,



2004, p. 170-198. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRBMxZHwc7mD63wSQcM/> Acesso em 20dez. 2024.

MATOS, Maria Izilda de. O lar e o botequim. **Cadernos CERU**, série 2. v. 11, 2000, p.11-26 Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75069/78635> Acesso em 20 de dez. 2024.

MATOS, Maria Izilda de. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. **História: questões & debates**, v. 34, n. 1, 2001, p.45-63 Disponível em <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2658> Acesso em 20 de dez. 2024.

MEDEIROS, Alicia Quinhones. **Educação, trabalho, família e associativismo: experiências negras no campo educacional em Santa Maria/RS no pós-abolição (1888-1930)**. 2023. 256f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. [1974] In: **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. 1ª ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018, p. 42-50.

NASCIMENTO, Beatriz. Meu Negro Interno [1982]. In: **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. 1ª ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018, p.239-246.

NUNES, Sara. **A constituição de um legado: o Continente das Lagens, de Licurgo Costa**. 2017. 253 f. Tese (doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Esmael, NASCIMENTO, Marcos; LÓPES, Moisés. Masculinidades contemporâneas: cruzando temas e perspectivas. **Revista Campos**, Curitiba, v.24, n.1 p.11-22, 2024 Disponível em <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/92116/53030> Acesso em 09 de dez. 2024.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911)**. 2018. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. “Aurora da Liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905). **Curriculo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 431-452, 2019. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/perussatto.pdf> Acesso em 20 de dez. 2024.

PIAZZA, Walter F. “A escravidão numa área de Pastoreio: os ‘campos’ de Lages”. **Estudo Iberoamericano**, v. 2, n. 16, Porto Alegre, 1990, p. 263-274.



Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/36334> Acesso em 20 de dez. 2024.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, 2005, p. 127-145.

PINHO, Osmundo. Qual a identidade do Homem Negro? **Democracia Viva**, nº 22, Rio de Janeiro, 2004, p. 64-69.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.

RATTS, Alex (org.). **Uma História feita por Mãos Negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Zahar, 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, 1954, p. 189-220.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: SOUZA, Rolf Malungo de; RESTIER, Henrique (orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. 1ª ed. São Paulo, Ciclo Contínuo, 2019, p.21-52.

RIOS, Ana Maria Lugão. Família e transição. Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n. 2, 1990, p. 243-247. Disponível em <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/543> Acesso em 20 de dez. 2024.

ROSA, Júlio César. **Associativismo negro em laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950)**. 2021. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, 2021.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição**. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. O campo de estudos das emancipações e do pós-abolição: origens, desdobramentos e interpretações em perspectiva historiográfica. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 71, p. 1-45, 2025.

SANTOS, Bruna Leticia de Oliveira dos. **“Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam”**: Maria Rita e a interseccionalidade na experiência de mulheres escravizadas (Comarca de Rio Pardo, século XIX). 2020. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.



SANTOS, Lucimar. A “retórica” dos números: revisões do cotidiano do trabalho e da estrutura ocupacional na Pós-abolição. In: ABREU, M. DANTAS, C. MATTOS, H. LONER. B. MONSMA, K. (orgs.) **Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico**, v.2. Niterói, Editora da UFF, 2013, p.253-280.

SANTOS, Rafael; SILVA, Natanael. Masculinos & Masculinidades: performances, invenções e práticas. **Revista Crítica Histórica**, n. 22, 2020, p.3-10. Disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/11554/pdf> Acesso em 20 de dez. 2024.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Prefácio. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2017, p. 7-9

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição. (1870-1960)**. 2017. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUZA, Rolf; RESTIER, Henrique (orgs). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. 1 ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SOUZA, Rolf Malungo de. Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 34, 2014, p.35-52. Disponível em <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41516> Acesso em 20 de dez. 2024.

TRAPP, Rafael Petry. Mãos negras: Beatriz Nascimento, teoria da história e historiografia brasileira. **Oficina do Historiador**, v. 14, n. 1, 2021, p. 1-14. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/40489/27164> Acesso em 20 de dez. 2024.

VICENZI, Renilda. **Sebastião Ataíde: presença, trajetória e protagonismo**. 1ª ed. Chapecó, SC. Humana Editora, 2023.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente)**. 2013. 467f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2013.



